

## É hoje! Todos contra a reforma da previdência e os cortes na Educação

Mesmo com a ameaça de forte repressão hoje os estudantes e trabalhadores irão ocupar as ruas de todo o país para protestar contra a reforma da previdência e os cortes na Educação.

Mostrando a face autoritária do governo, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro convocou a Força Nacional para reprimir as manifestações dos estudantes e trabalhadores na esplanada dos ministérios estendida aos *campi* das universidades federais em qualquer cidade do país.

O dia 13 de agosto será marcada como mais um dia de intensas mobilizações unindo estudantes e trabalhadores de todo o país em protestos contra a reforma da previdência e os cortes no orçamento da Educação.

“Nós continuaremos ocupando as ruas até que consigamos evitar o desmonte da educa-

ção, e a aprovação dessa reforma da previdência que mantém privilégios e retira direitos dos mais necessitados”, disse Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

Depois de ter contingenciado 30% do orçamento para as Universidades e Institutos Federais, agora no final de julho o *sinistro* da Educação Abraham Weintraub determinou o corte de mais R\$ 348 milhões do orçamento do ministério destinados a compra de livros didáticos e de literatura para escolas da educação básica – ensino fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

“Essa medida mostra claramente como o governo Bolsonaro trata a questão educacional, sem qualquer compromisso com o desenvolvimento científico ou social dos brasileiros, principalmente da camada mais

pobre da população”, disse João Carlos Martins, diretor de administração e finanças do Sindsep/MA.

Outro ponto da pauta de reivindicações dos protestos de hoje, é a Reforma da Previdência. Lembrando que infelizmente já foi votada e aprovada em dois turnos na Câmara Federal e agora está tramitando no Senado e se não conseguirmos fazer as alterações no texto aprovado na Câmara, se tornará emenda constitucional e praticamente inviabilizará o acesso dos trabalhadores à aposentadoria.

“Não podemos diminuir a pressão sobre os parlamentares nesse momento crucial para vida dos trabalhadores. Somente organizados e ocupando as ruas conseguiremos deter esse desastre que é essa reforma da previdência” afirmou Raimundo Pereira.

**GREVE NACIONAL**

**13 AGO**

**EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, PREVIDÊNCIA E DIREITOS SOCIAIS**

**ESSA REFORMA ATINGE TODOS OS TRABALHADORES!**

**A PARTIR DAS 16H NA PRAÇA DEODORO**



Leia matéria completa em [www.cut.org.br/noticias](http://www.cut.org.br/noticias)

### Reforma: A luta para impedir os prejuízos para trabalhadores vai ser no Senado

Câmara dos Deputados rejeitou todas as alterações propostas pela oposição para tentar diminuir os prejuízos da reforma de Bolsonaro para os trabalhadores.



## Arrocho: Bolsonaro acaba com ganho real do salário mínimo que Lula criou

O governo de Jair Bolsonaro (PSL) decidiu acabar com o aumento real do salário mínimo, política criada, em 2005, pelo ex-presidente Lula para melhorar o poder de compra dos trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda, dos aposentados e pensionistas.

Em sua saga contra a classe trabalhadora, Bolsonaro decidiu que nos próximos três anos, o salário mínimo não terá ganho real, que é o aumento acima da inflação.

Para o próximo ano, o reajuste será de 4,2%, que corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, o salário mínimo de 2020 será de R\$ 1.040,00 - R\$ 42,00 acima do atual de R\$998,00.

Este é o primeiro ano que o reajuste será sem ganho real, desde que a Política de Valorização do Salário Mínimo foi implantada.

Desde que o salário mínimo começou a ser reajustado acima da inflação, “cerca de 48 milhões de pessoas que recebem remuneração correspondente ao piso nacional – assalariados, aposentados e pensionistas, trabalhadores por conta própria, domésticos, tiveram um ganho real de 74,33% em seus salários e benefícios”, de acordo com o diretor técnico do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio.

Considerando que cada família tem em média três membros, a medida vai impactar direta e indiretamente a vida de 144 milhões de brasileiros, segundo Clemente.

### Política de valorização do salário mínimo diminuiu a desigualdade de renda

A professora de economia da USP, Leda Paulani, lembra que a redução da desigualdade de renda no país foi resultado da política de valorização do salário mínimo, que impactou diretamente 22 milhões de beneficiários da Previdência, sejam os aposentados, os rurais e os que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

De acordo com a professora, essa política “teve um impacto brutal, direta e indiretamente, na vida de pelo menos 70 milhões de pessoas, se incluirmos os membros de uma família que têm como seus provedores os aposentados e pensionistas do INSS”.

Ela ressalta ainda que o aumento do consumo via salário mínimo provocou uma melhora geral na economia do país. Com isso, os trabalhadores e as trabalhadoras que recebiam acima desse valor também foram beneficiados.

Segundo a professora, graças ao aumento do consumo dos aposentados e pensionistas, o valor médio dos salários dos trabalhadores da ativa que ganhavam acima do mínimo também cresceu. Desde a implantação da política de valorização, o salário médio teve um ganho real de 17% a 20%, afirma.

Na medida em que você praticamente congela o salário mínimo, você impacta nos ganhos dos beneficiários da Previdência e demais trabalhadores, no consumo, nos investimentos e a economia patina. Leda Paulani

O fim do reajuste do salário mínimo sem ganho real foi aprovado

pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) nessa quinta-feira (8), durante a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O texto que passou pela CMO ainda precisa ser aprovado em sessão conjunta do Congresso Nacional antes de seguir para a sanção de Jair Bolsonaro.

### A política de valorização do salário mínimo no governo Lula

Em maio de 2004, o valor do salário mínimo era de R\$ 260,00. Com a política de valorização, criada pela CUT e apoiada por todas as centrais sindicais brasileiras, além da reposição da inflação, houve aumento real de 74,33% até janeiro de 2019 (quando passou a valer R\$ 998,00).

Segundo o diretor do Dieese, Clemente Ganz, essa política promoveu no período 2004-2019 aumento real acumulado, portanto, crescimento acima da reposição inflacionária, de R\$ 425,00. Se não tivessem sido concedidos os aumentos reais, somente com a reposição da inflação, o valor atual do salário mínimo seria de R\$ 573,00.

Para um trabalhador que ganha salário mínimo, o aumento real conquistado com a política adicionou cerca de R\$ 5.525,00 à renda bruta anual, elevando-a de R\$ 7.449,00 (R\$ 573,00 X 13 salários) para R\$ 12.974,00 (R\$ 998,00 X 13 salários), ao incluirmos no ganho anual o 13º salário.

O Dieese estima ainda que o valor do salário mínimo necessário para atender a uma família de dois adultos e duas crianças, é de cerca de R\$ 4 mil, ou seja, quatro vezes o valor atual desta remuneração.